



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLOS SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pareceres jurídicos. Indicação insuficiente de endereço eletrônico. Provimento recursal condicionado à inexistência de hipóteses de sigilo.

DECISÃO OGE/LAI nº 310/2018

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, número SIC em epígrafe, para acesso à lista dos pareceres jurídicos da procuradoria do órgão de 2014 até o presente.
2. Em resposta, o ente indicou endereço eletrônico em que estariam contidos os pareceres. Em recurso, o órgão informou que os pareceres são emitidos pela procuradoria e não consistem em fontes de direito, enviando contatos do órgão. Insatisfeito, o interessado apresentou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, em que o solicitante afirma não estarem disponíveis os pareceres no caminho indicado.
3. Instada a sanar a complementar as respostas enviadas, a demandada afirmou que os pareceres são arquivados eletronicamente em sistema da PGE e encaminhados fisicamente aos setores consulentes da Junta. Ainda, o órgão alega que os documentos têm finalidade opinativa e com utilidade interna e individualizada, não constituindo fonte de direito, entendendo que a solicitação deve ser dirigida à presidência da JUCESP ou ao gabinete do Procurador-Geral do Estado.
4. A controvérsia no presente pedido de acesso gira em torno da possibilidade ou não de se restringir acesso à listagem de pareceres jurídicos emitidos pela procuradoria da Junta Comercial. A fim de melhor delimitar a questão, cabe lembrar que o direito de acesso à informação, constitucionalmente assegurado pelo artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição da República, apenas pode ser restringido mediante previsão legal, não sendo autorizada a criação de novas hipóteses excepcionais de sigilo por ato discricionário de autoridade. É o que se depreende da sistemática da Lei de Acesso à Informação, em especial de seu artigo 22, ao admitir a possibilidade de outras “hipóteses legais de sigilo”. Assim, importa verificar se a restrição invocada pelo ente demandado encontra respaldo em dispositivo legal específico capaz de afastar a regra geral da publicidade.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. São duas as hipóteses de restrição de acesso contempladas diretamente na Lei: de um lado, seguindo a dicção constitucional, admite-se a classificação de sigilo de informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado; de outro, o texto legal prevê a restrição de acesso a dados pessoais relativos à honra, à intimidade, à vida privada ou à imagem de indivíduos.
6. No âmbito da Administração Pública Estadual, anote-se, a classificação de informações segue os procedimentos previstos no Decreto nº 58.052/2012 (principalmente, artigos 30 a 34), bem como no Decreto nº 61.836/2016. Portanto, importa salientar que a confecção de Termo de Classificação de Informações somente se faz necessária nos casos em que a divulgação das informações é nociva a segurança da sociedade e do Estado, o que não ocorreu no presente caso.
7. Por outro lado, em relação ao pedido ora formulado, cumpre lembrar que a Lei Federal define informações pessoais como aquelas relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 4º, inciso IV). Nesse sentido, a publicidade apenas é afastada quando existentes informações pessoais “relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem”, nos termos do artigo 31, §1º, da aludida norma, independentemente de classificação, conforme o inciso I do dispositivo, o que também não parece se verificar na situação em apreço.
8. Nesse sentido, a fundamentação de negativa de acesso, em oposição à regra geral da publicidade, não pode ocorrer de forma automática e genérica, sendo necessárias as demonstrações nos planos fático e jurídico dos motivos para sua restrição.
9. Recorda-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
10. Assim, imprescindível que o ente público se manifeste quanto à específica demanda de informações suscitada, fornecendo-as em sua integralidade, desde que existentes – e assim parece ser, tendo em vista que o órgão afirmou que mantém vias físicas dos pareceres sob custódia – ou atentando para a necessidade de explícita fundamentação na hipótese de negativa de acesso aos dados requeridos, em vista de alguma das restritivas circunstâncias legalmente previstas. No caso em tela, o acesso às informações requeridas parece estar assegurado pela Lei, não tendo sido apresentado até o momento qualquer argumento com vistas a excepcionar o paradigma de transparência promovido pela legislação vigente.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

11. No caso dos documentos encontrarem-se disponíveis em via física, nada impede de que o ente possibilite a consulta das informações almejadas junto aos expedientes em que se encontram, mediante comunicação de local e modo para tanto, em atenção ao artigo 11, §6º da LAI, o que o desoneraria de seu fornecimento direto, uma vez que não são exigidos trabalhos adicionais de tratamento ou tabulação de documentos aos órgãos públicos para atendimento a pedidos de acesso.
12. Por derradeiro, frise-se que tanto a Lei de Acesso à Informação e o Decreto nº 58.052/2012 previram prazos e procedimentos próprios para a requisição de informações aos órgãos públicos, sendo o sistema SIC.SP o canal adequado para tanto, não havendo que se falar em encaminhamento da solicitação à Presidência da JUCESP ou ao Gabinete do Procurador Geral do Estado para seu atendimento.
13. Ante o exposto, considerando a falta de atendimento da demanda até o presente momento e a ausência de qualquer fundamento que afastaria o fornecimento das informações, **conheço do recurso** e, no mérito, **dar-lhe provimento**, desde que não haja em meio aos pareceres outras hipóteses legais de sigilo, com fundamento no artigo 11, caput e §6º, da LAI, e 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do artigo 20 do Decreto, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
14. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 05 de outubro de 2018.

MANUELLA RAMALHO

RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL